



A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: desafios para acessibilidade curricular e certificação de estudantes com deficiência nos cursos técnicos integrados do IFSULDEMINAS

Eneida S. NORONHA¹

RESUMO

O presente artigo apresenta a pesquisa realizada pela autora sobre os desafios enfrentados por estudantes com deficiência, pelos docentes e a gestão da educação profissional e tecnológica e traz como ênfase a acessibilidade curricular e os processos de certificação em cursos técnicos integrados ao ensino médio ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS). Pesquisa essa que buscou identificar barreiras existentes, analisar políticas e práticas atuais, adotadas pela escola e propor soluções para a melhoria da inclusão desses estudantes. Através de uma análise qualitativa baseada em questionários aplicados a diversos setores e públicos do IFSULDEMINAS, foram identificadas lacunas significativas e sugestões para aprimorar a acessibilidade e eficácia dos processos educacionais.

Palavras-chave: Certificação Técnica; Currículo; Educação Inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de estudantes com deficiência na educação profissional e tecnológica é um tema que, mesmo que já esteja sendo discutido há um bom tempo, ainda se constitui um desafio atual, o que nos conduz a uma reflexão sobre a necessidade de uma educação equitativa e acessível.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146/2015, em seu Capítulo II, Art. 4º, “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”(Brasil, 2015). Destacando-se também o direito à habilitação e reabilitação; à educação, norteados pelo Artigo 36, que trata sobre os direitos fundamentais, há que se compreender que toda a sociedade tem um papel importante para garantir esses direitos e oportunizar a equidade (Brasil, 2015).

Considerando que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) desenvolve um papel relevante na formação de profissionais, com vistas a atender também os arranjos produtivos regionais e contribui para que o estudante com deficiência tenha as mesmas oportunidades de oferta de trabalho e melhores condições a partir de sua formação profissional, pretende-se neste artigo apresentar os desafios específicos encontrados, pelos gestores, docentes, demais equipes de apoio e por esses estudantes, de um modo especial nos cursos Técnicos de Agropecuária integrados ao ensino médio no IFSULDEMINAS.

¹Professora e Mestra em Educação Profissional e Tecnológica e Pedagoga - IFSULDEMINAS, Campus Inconfidentes. E-mail: eneida.noronha@ifsuldeminas.edu.br.

A acessibilidade curricular e os processos de certificação são aspectos centrais que influenciam a participação, permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes. Com o objetivo de identificar barreiras e propor melhorias, esta pesquisa foi um passo importante para poder conhecer de que forma a acessibilidade curricular e a certificação desses estudantes é aplicada pelo IFSULDEMINAS com vistas a promover uma educação mais inclusiva e equitativa, buscando assim identificar como a Instituição está em consonância com a Lei nº 9.394/1996 e a Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 1996; 2015).

O IFSULDEMINAS, por ser uma instituição que certifica a formação técnica e tecnológica, também tem sua parcela de responsabilidade para com o perfil de formação de seus estudantes que atuarão no mundo do trabalho, portanto, quando já foram desenvolvidas todas as possibilidades de formação do estudante com deficiência e não se conseguiu êxito em todas as competências e habilidades necessárias daquela profissão, existe a possibilidade de se certificar este estudante com deficiência, através da Certificação por Terminalidade Específica, a Resolução nº 36/2020, criada em consonância com a Lei nº 9.394/1996, Artigo 50, inciso II (IFSULDEMINAS, 2020).

O fato da escola comum disponibilizar o acesso do estudante com deficiência, por si só não é capaz de garantir a inclusão, conforme nos apresenta Tannús-Valadão (2013), que a escola comum precisa dar conta de atender às necessidades educacionais especiais de todos, em igualdade de condições, garantindo acesso ao ensino e à aprendizagem.

E, em se tratando de currículo, Sacristán (2000, p. 15), nos apresenta que currículo é “uma práxis antes que um objeto emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas”. Entende-se, portanto, a importância de garantir o acesso ao currículo para todos, independentemente de sua condição. Daí, a relevância de se pesquisar e discutir sobre a inclusão na educação profissional e tecnológica, quanto aos seus desafios para promover a acessibilidade curricular e a certificação para os estudantes com deficiência.

A presente pesquisa teve como objetivo de estudo, analisar os desafios relacionados à acessibilidade curricular e à certificação de estudantes com deficiência em cursos técnicos integrados ao ensino médio no IFSULDEMINAS. E buscou também compreender como as políticas e práticas atuais afetam esses estudantes, docentes e a gestão e ainda explorar possíveis soluções para que a inclusão seja efetiva na escola.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para alcançar os objetivos propostos, na pesquisa foi utilizada uma abordagem qualitativa, por se tratar de uma pesquisa na área educacional fica reforçado pelas autoras, André e Gatti (2008), o uso do método qualitativo, permite melhor compreender processos escolares, de aprendizagem, de

relações, processos institucionais e culturais, de socialização e sociabilidade, o cotidiano escolar em suas múltiplas implicações, as formas de mudança e resiliência presentes nas ações educativas, a pesquisa incluiu:

- Questionários: Aplicados via *Google Forms*, a servidores que atuavam nas secretarias, nos Núcleos de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, com docentes do núcleo básico e do núcleo profissionalizante e ainda com as Coordenações Pedagógicas dos Campi para obter uma perspectiva abrangente sobre as barreiras e desafios enfrentados.
- Observação: Observação direta de práticas pedagógicas e administrativas para identificar problemas na implementação de políticas inclusivas.
- Análise Documental: Revisão de documentos institucionais, políticas de inclusão, demais legislações e materiais curriculares para avaliar a conformidade com as diretrizes de acessibilidade. A coleta e análise dos dados foram realizadas de forma a garantir a representação precisa das experiências e percepções dos participantes.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa demonstrou diversos desafios significativos relacionados à inclusão de estudantes com deficiência:

1. **Acessibilidade Curricular:** Identificou-se a falta de adaptações adequadas no currículo e materiais didáticos, o que limita a participação efetiva dos estudantes.
2. **Infraestrutura Física:** Barreiras físicas nas instalações educacionais ainda persistem, dificultando o acesso pleno às atividades acadêmicas, de um modo especial os espaços didáticos da fazenda destinados à prática.
3. **Processos de Certificação:** Os processos de avaliação e certificação muitas vezes não consideram as necessidades específicas dos estudantes com deficiência, resultando em desigualdades.
4. **Treinamento de Educadores:** A necessidade de maior capacitação dos educadores em práticas inclusivas e no uso de tecnologias assistivas foi destacada.

Os resultados indicam que, embora existam políticas de inclusão em vigor, a implementação efetiva ainda enfrenta obstáculos a serem transpostos, principalmente relativos às barreiras atitudinais. A falta de adaptações curriculares e a infraestrutura inadequada contribuem para um ambiente menos acessível, o que não leva à equidade. Além disso, os processos de certificação muitas vezes não são suficientemente flexíveis para acomodar as necessidades dos estudantes com deficiência. A capacitação contínua de educadores (todos servidores) e a revisão das políticas institucionais são essenciais para superar essas barreiras.

Assim, propõe-se como melhorias: a. **Revisão e Adaptação/Acessibilidade Curricular:** Desenvolver e implementar práticas pedagógicas mais inclusivas e materiais adaptados; b. **Melhoria da Infraestrutura:** Garantir que as instalações físicas sejam acessíveis e adequadas para todos os estudantes; c. **Ajustes nos Processos de Certificação:** Adotar procedimentos de avaliação que considerem as necessidades individuais dos estudantes com deficiência; d. **Capacitação de**

Educadores: Promover formação contínua para educadores sobre práticas inclusivas e uso de tecnologias assistivas.

4. CONCLUSÃO

A inclusão de estudantes com deficiência na educação profissional e tecnológica exige um compromisso contínuo com a acessibilidade curricular e a certificação equitativa, de tal forma que esse estudante tenha oportunidades de se inserir no mundo do trabalho, de ser reconhecido como cidadão e ser social que o é.

Este estudo evidenciou a necessidade de ajustes significativos para garantir que todos os estudantes tenham a oportunidade de alcançar seu potencial máximo, bem como a importância de todos envolvidos no processo: gestão, docentes e equipes de apoio, pois, afinal o estudante é responsabilidade da escola, e ainda não podemos deixar de listar aqui o papel primordial da família.

E finalmente, implementar as propostas de melhoria sugeridas pode contribuir para um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo no IFSULDEMINAS.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli; GATTI, Bernardete A. **Métodos qualitativos de pesquisa em educação no Brasil: origens e evolução**. 2008. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-pesquisa-e-posgraduacao/repositorio-de-arquivos/arquivos-do-programa-de-formacao/modulo-viipesquisa-qualitativa-parte-ii/@/@download/file>. Acesso em: 3 de nov.2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20 de out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm. Acesso em: 20 de out. 2024.

IFSULDEMINAS. **Resolução nº 036, de 30 de setembro de 2020**. Dispõe sobre a aprovação referentes à Certificação por Terminalidade Específica para Estudantes dos Cursos Técnicos e de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, CONSUP, IFSULDEMINAS, 2020. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/images/PDFs/Conselho_Superior_/resolucoes/2020/036.2020.pdf. Acesso em: 3 de nov. 2024.

SACRISTÁN, G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed. 2000.

TANNÚS-VALADÃO, G. **Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, 2013. São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/2933/6402.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 de out. 2024.